

Cotas Trans e Políticas Afirmativas

Subsídios para uma discussão
informada na UFMG



Cotas Trans e Políticas Afirmativas

Subsídios para uma discussão informada na UFMG

Coordenação

Marco Aurélio Máximo Prado (UFMG)

Igor Ramon Lopes Monteiro (UFMG)

Grupo de Trabalho

Antônio Augusto Lemos Rausch (UFMG)

Silas Eduardo Lindolfo (UFMG)

Sofia Freire (UFMG)

Wisney Batista dos Santos (UFMG)

Produzido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQIA+ da Universidade Federal de Minas Gerais (nuh - UFMG)

Belo Horizonte
2025



Cotas Trans¹ e Políticas Afirmativas: subsídios para uma discussão informada na UFMG

Este relatório examina o estado atual das informações sobre as desigualdades que afetam a população trans no Brasil, inserindo esse debate em um cenário de desolação política e intensificação das disputas democráticas. Analisa-se como diferentes atores — movimentos sociais, coletivos e organizações LGBTQIA+, além de redes da sociedade civil — têm demandado reconhecimento, participação efetiva e a produção de evidências capazes de sustentar políticas de equidade.

Embora ainda utilizem o argumento recorrente de que “faltam dados”, o levantamento informado demonstra que essa escassez é, em grande medida, **politicamente produzida**. Nas últimas décadas, a produção acadêmica e científica sobre as desigualdades enfrentadas por pessoas trans cresceu de forma expressiva; no entanto, sua circulação, validação e impacto permanecem desiguais. O informe apresenta um panorama com informações sobre educação, saúde, segurança pública e trabalho/renda, evidenciando como esses campos são continuamente tensionados pela emergência de novos sujeitos políticos e pela disputa sobre quais indicadores devem orientar decisões públicas.

Sustenta-se que essas disputas ocorrem em um **contexto de monopólio do conhecimento**, no qual determinados atores concentram autoridade para definir o que é considerado evidência legítima. Em resposta, movimentos sociais e pesquisadores/ras ampliam a visibilidade de saberes críticos e contestam a lógica do “dado absoluto”, que simplifica processos complexos e despolitiza debates ao tratar as informações como neutras ou incontestáveis.

O relatório conclui que a consolidação de políticas afirmativas voltadas à população trans depende da ampliação da participação social, da democratização da produção de dados e da valorização de múltiplas formas de conhecimento. Mais do que uma questão técnica, trata-se de uma disputa ético-política sobre quem tem o direito de narrar as desigualdades, definir prioridades e orientar estratégias coletivas de enfrentamento.

¹ Utilizamos aqui o termo “Cotas Trans”, embora reconheçamos a diversidade de modalidades de criação de vagas adicionais e outros mecanismos cujo encaminhamento é de autonomia das universidades. Optamos, contudo, por essa denominação porque ela reflete a realidade política das incidências públicas voltadas a enfrentar as desigualdades evidenciadas nas informações sobre a vulnerabilidade deste grupo populacional.

SUMÁRIO

Introdução	3
1. Ações afirmativas e desolação política: um esboço democrático	3
2. Reconhecimento de vozes e agenciamentos no campo	6
3. Economia da Escassez: não há dados?	7
3.1. Produção Acadêmica:	7
3.2. Produção Científica e Demandas da Sociedade Civil	10
3.3. Movimento social: impactos na produção de evidências acadêmico-governamentais..	11
3.3.1. Educação.....	12
3.3.2 Saúde	13
3.3.3. Segurança Pública & Violência Letal:.....	15
3.3.4. Trabalho-renda-escolaridade	18
3.4. Panorama Provisório	22
4. Campo de monopólio do conhecimento: proliferação e circulação de saberes	22
5. Dado absoluto: antipolítica da certeza.....	24
Considerações finais	24
Referências	26

Cotas Trans e Políticas Afirmativas: subsídios para uma discussão informada na UFMG

Introdução

Em períodos de ofensivas e em tempos de intolerância, abrir-se ao diálogo parece um risco. Porém, **no território da educação e dos direitos humanos**, esse é um risco que podemos correr. Esse é o risco da democracia.

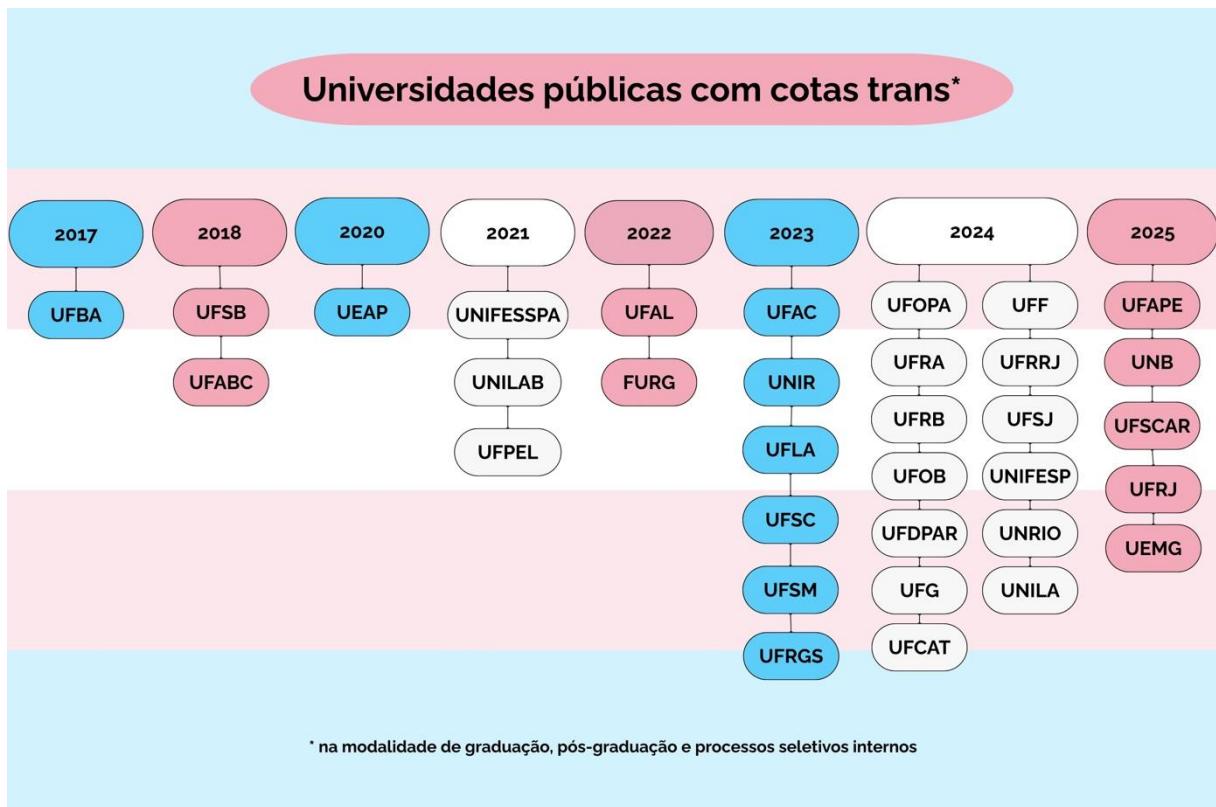
Assim, sem pânico e sem medo, vamos localizar o debate.

O tema: políticas afirmativas. O problema específico: as cotas trans. Nesta interlocução, há duas questões que daremos foco: seria possível integrar cotas trans à gramática das ações afirmativas nas universidades públicas? Temos elementos, argumentos e dados que justifiquem esse tipo de medida?

1. Ações afirmativas e desolação política: um esboço democrático

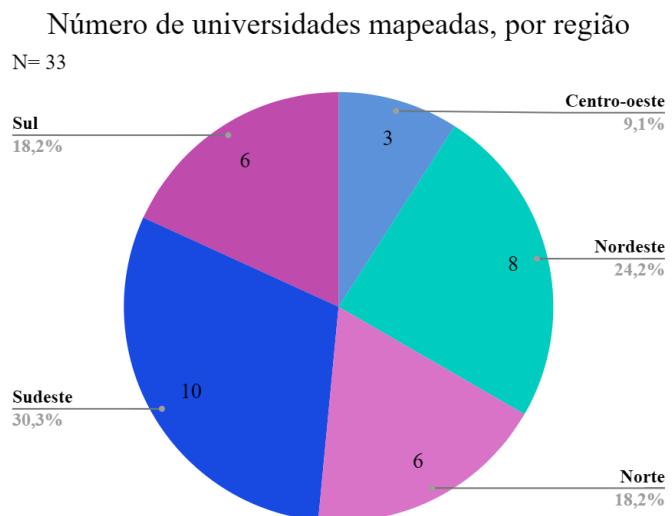
As cotas trans têm aparecido como uma estratégia contemporânea de intervenção e como uma política de cuidado. Sua implementação nas universidades brasileiras tem surgido como um gesto de reparação e de enfrentamento a modos de desigualdade que historicamente privaram e privam pessoas de acesso ao ensino superior.

A medida tem buscado se fazer valer diante de uma gramática política de inferiorização multidimensional; tem sido pensada como uma forma de lidar com determinados eixos interseccionais de poder (Collins & Bilge, 2021). Embora precária, na vida de algumas pessoas trans, elas simbolizam uma tentativa democrática e engenhosa para equalizar um campo organizado em diferentes relações assimétricas — marcadas não somente por lógicas de gênero e sexualidade, mas articuladas à renda, território, raça ou etnia.



A partir de consulta a resoluções institucionais, durante a redação deste texto, mapeamos 33 universidades com alguma modalidade de cotas trans: 31 instituições federais e 2 estaduais. As resoluções apresentam distinções tanto entre graus de ensino como abrangência do público, podendo fazer referência a graduação, pós-graduação, discentes ou profissionais.

Construída como política institucional pela primeira vez em 2017 e reiterada em pelo menos outras 32 Instituições de Ensino Superior no país, esse tipo de ação teria lugar na UFMG? Temos dados (acadêmica e intelectualmente confiáveis) que justifiquem esse tipo de medida?



Dispositivos Jurídico-Normativos

1948 – Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU)

1960 – Convenção relativa à luta contra a discriminação no ensino (Unesco)

1969 – Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância

1988 – Protocolo de São Salvador

1988 – Constituição da República Federativa do Brasil

1992 – Pacto de São José da Costa Rica

[Garante direitos relacionados à questão de gênero]

1998 – UNESCO - Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI

2001 – Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban)

2006 – Princípios de Yogyakarta

2006 – Carta de Direitos dos Usuários da Saúde

[Identidade de gênero e uso do nome social no SUS]

2010 - Estatuto da Igualdade Racial, no Brasil

2012 – Portarias nº 18 e 21 do Ministério da Educação

[Reserva de Vagas]

2012 – Decreto presidencial nº 7.824

[Autoriza as IFES a criarem outras modalidades de ações afirmativas]

2012 – ADPF 186 do Supremo Tribunal Federal

[Autonomia da Universidades para adoção de ações afirmativas]

2014 – Plano Nacional de Educação

Meta 12 – Grupos vulneráveis

2015 – Resolução n.º 12 CNCD

[Identidade de gênero, acesso e permanência nas instituições de ensino]

2016 – Decreto nº 8.727

[Nome Social e identidade de gênero na Administração Pública Federal]

2017 – Princípios de Yogyakarta +10

2018 – ADI 4275 do Supremo Tribunal Federal

[Reconhecimento da identidade de gênero e alteração do registro civil]

2023 – Lei 14.723

Aprimoramento das políticas de cotas

2024 – ADI 5668 do Supremo tribunal Federal

Educação e combate a discriminações por gênero, por identidade de gênero e por orientação sexual

2025 - Lei 15.142

[Reserva de vagas]

2. Reconhecimento de vozes e agenciamentos no campo

Temos várias disputas no agenciamento e no reconhecimento de vozes no campo de gênero e sexualidade na dimensão dos direitos. Disputas, inclusive, quanto à existência ou não de dados que sustentem as ações afirmativas para grupos sociais vulnerabilizados.

O Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT+ (Nuh/UFMG) pesquisa ofensivas e políticas contra o gênero no Brasil. Um movimento cuja história e articulação tem se dado em um ecossistema transnacional. Há diferentes estratégias articuladas entre os grupos. Eles atuam nas esferas da saúde, da educação, do direito, da comunicação, da economia, entre outras. Atualmente demonstram alta capacidade de agência e forte eficácia discursivo-jurídica.

Quando operam nos debates a partir de objetivos *trans excludentes*, uma tática argumentativa bivalente tem sido bastante comum na cena nacional e internacional: a deslegitimização da produção intelectual da sociedade civil; e a indicação de ausência de dados aptos a justificar políticas públicas com perspectivas *trans específicas*.

Agindo assim, esses grupos elaboram uma torção ético-performática sensível: negam a legitimidade da produção existente e afirmam que não há dados. Por não haver dados, defendem que não se deve agir sobre supostos problemas ou questões.

Em contextos nos quais há alguma ação implementada, propõem que ela precisará deixar de existir, uma vez que não há base sólida para se fazer algo – essa é uma estratégia que tem sido utilizada, por exemplo, para contestar cotas trans institucionalizadas em algumas universidades.

Essa modalidade de atuação tem impactos e, em nossa perspectiva, apresenta um paradoxo. Esse agir nos mostra a existência e a produção de uma “economia da escassez”. **Ilustram um tipo de produção ativa da omissão.** Nessa economia, a falta é produzida, mobilizada e administrada como tecnologia, com caráter excludente e injusto.

Em contraposição a esse agir, **faremos uma disposição inversa**. Operaremos uma torção nos modos de legibilidade das informações. Como pesquisamos o campo há algum tempo, em vez de falta, **apostaremos no excesso**, na dispersão, na quantidade e na qualidade. Uma torção sem pânico moral e sem preconceito que, assumida como lente analítica, pode nos permitir reconhecer dados, articular pesquisas científicas e acadêmicas e, sobretudo, produzir visibilidade para informações já quantificadas e qualificadas, mas frequentemente ofuscadas ou desconsideradas.

Em síntese, mostraremos que há **dados**, informações, conhecimentos, críticas e saberes disponíveis. Por fim, nos questionaremos sobre as possíveis omissões e consequências ético-políticas que podemos sacar dos **materiais** elencados.

3. Economia da Escassez: não há dados?

3.1. Produção Acadêmica:

Entre março e dezembro de 2016, Coacci realizou um mapeamento da produção acadêmica – teses, dissertações e artigos – versando sobre pessoas trans e travestis. Foram utilizadas 19 palavras-chave, “de forma a encontrar o maior número possível de trabalhos, nas mais variadas áreas” (Coacci, 2018, p. 95). Ao final da busca, foram reportadas 312 produções acadêmicas.

Distribuição desagregada dos trabalhos por área

Área Tema	Tipo de Trabalho			Total
	Tese	Dissertação	Artigo	
Psicologia	12	27	48	87
Antropologia	4	21	16	41
Saúde	6	14	13	33
Sociologia	6	7	11	24
Educação	3	10	6	19
Letras	1	8	8	17
Direito	2	12	2	16
Ciência Sociais	4	5	5	14
Medicina	1	6	7	14
Enfermagem	2	1	8	11
Artes	2	3	3	8
Serviço social	1	5	0	6
Comunicação	0	4	1	5
Interdisciplinar	1	3	0	4
Geografia	1	2	0	3
Ciência Política	0	0	2	2
Desenvolvimento	0	2	0	2
Filosofia	0	0	2	2
Ciência da Informação	0	0	1	1
Fonoaudiologia	0	0	1	1
História	0	1	0	1
Terapia Ocupacional	0	1	0	25
Total	46	132	134	312

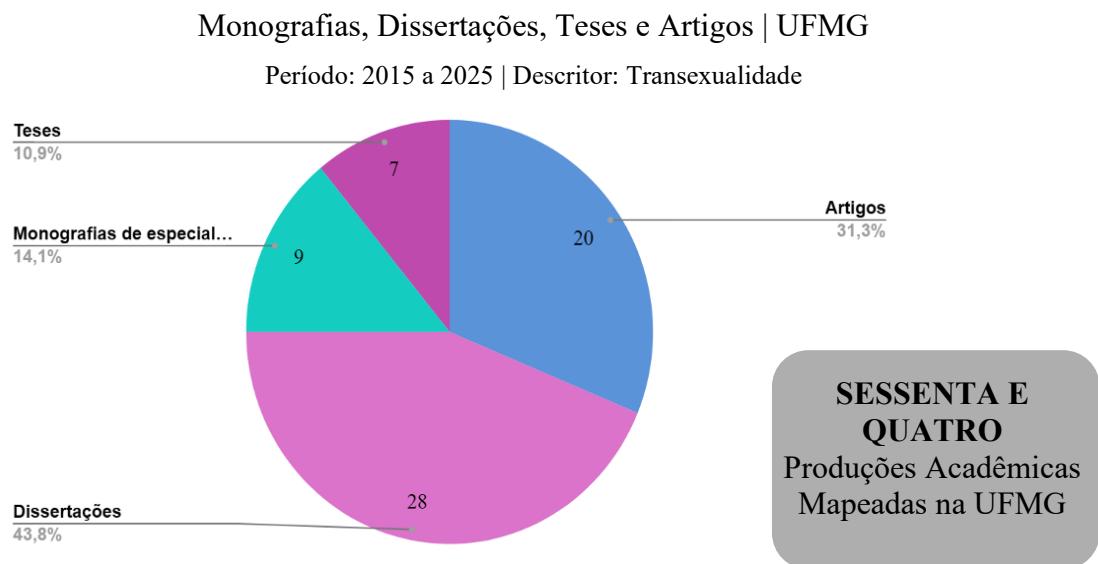
Distribuição de trabalhos por tema de pesquisa

Tema	Frequência
Construção da identidade	74
Etiologia, clínica e diagnóstico	55
Construção corporal	30
Retificação de nome e gênero	25
Saúde	23
Prostituição	19
Representação na mídia	17
Educação	16
Processo transexualizador	15
HIV	14
Relacionamentos afetivos e sexuais	14
Atuação política	11
Montagem drag	10
Políticas públicas	9
Outros	57
Total	389

Fonte: Coacci, 2018 (BDTD, CAPES e Scielo [2016])

Levando-se em conta tal levantamento, é possível dizer que a indicação “de ausência de dados” — especialmente em algumas áreas de conhecimento — teve mais legitimidade no passado. Porém, ao menos nos últimos anos, **a situação é distinta**. Há dados, há informações, há produção de saber — em diversos âmbitos, com diferentes temas.

A título de demonstração, na elaboração deste documento, também fizemos um rápido exercício de busca e coleta na última semana. **Iniciamos um levantamento no repositório da UFMG**. Em seguida, fizemos uma incursão no Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Nos dois casos, fixamos nosso recorte temporal entre 2015 e 2025. Por fim, exploramos outras fontes.



Fonte: Repositório Institucional da UFMG (RI – UFMG).

No Repositório Institucional da UFMG, após excluirmos livros e capítulos de livros dos resultados, restaram **64 obras entre monografias, dissertações, teses e artigos**. A partir da leitura dos resumos, identificamos distintas áreas de conhecimento — saúde, psicologia, ciências políticas, sociologia, antropologia, letras, artes, direito, comunicação, entre outras —, além de diferentes procedimentos de coleta e análise — revisão bibliográfica, entrevistas, histórias de vida, grupos focais, coleta documental. Também constatamos um ponto recorrente: o reconhecimento da existência de pessoas trans e a indicação de experiências marcadas por processos regulamentares de vulnerabilização. Patologização, criminalização, rompimento de vínculos familiares e comunitários figuram entre os exemplos e fenômenos concretamente ressaltados.

Especificamente na esfera da educação, há apontamentos sobre representações estereotipadas por parte de professores e professoras; resistência na alteração de práticas e conteúdos curriculares; experiências de violência, segregação, exclusão e não reconhecimento das identidades trans; precariedade da formação profissional no campo da diversidade sexual e de gênero; discriminação entre colegas de classe; discussão sobre percursos formativos em espaços não escolares, entre outros. De modo geral, os textos retratam uma instituição – suas práticas pedagógicas, programas, conteúdos, currículo e cotidiano – atravessada por ideais regulatórios que rechaçam a diversidade, produzem barreiras de acesso e permanência no espaço escolar e, consequentemente, comprometem itinerários e projetos de vida.

Por sua vez, no banco da Capes, a partir de descritores², foram encontrados, na última década, um total de 107 documentos: **34 teses e 73 dissertações**. Em relação aos critérios de seleção, foram excluídos do levantamento aqueles estudos que apareceram mais de uma vez, que não abordavam a temática de pessoas trans e travestis ou, apesar de abordarem, não abordavam o acesso e permanência dessa população no ensino superior. Ao fim, 18 publicações foram consideradas pertinentes ao levantamento, conforme mostra a tabela abaixo.

Teses e Dissertações Levantadas Eixo: Ações Trans Afirmitivas no Ensino Superior				
Região	Instituição	Ano das Publicações	Quantidade	Campo de Conhecimento
Centro-Oeste	UFG	2024	1	Antropologia social
Centro-Oeste	UFMS	2023	1	Educação
Centro-Oeste	UFMT	2023; 2024	2	Sociologia
Nordeste	UFBA	2022	1	Educação / Difusão do conhecimento
Nordeste	UFC	2024	1	Avaliação de Políticas Públicas
Nordeste	UFRN	2019	1	Psicologia
Sudeste	UERJ	2018; 2020	2	Serviço Social; Educação
Sudeste	UFMG	2022	1	Educação
Sudeste	UFOP	2023	1	Educação
Sudeste	UFRRJ	2020	1	Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
Sudeste	UFSCAR	2017	1	Educação
Sudeste	UFU	2022	1	Educação
Sudeste	UNESP	2020; 2024	2	Ciências Sociais
Sudeste	UNICAMP	2022	1	Educação
Sudeste	USP	2020	1	Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades

Tabela: relação regiões, IES, ano da publicação, quantidade, área de conhecimento.

² "ações afirmativas", "trans", "travestis", "cotas", "educação" e "cotas trans".

As teses e dissertações encontradas buscavam investigar os desafios enfrentados pela população trans para ingressar e se manter nas universidades. Exploraram tópicos relacionados a políticas e ações afirmativas, direitos, acesso e permanência em diversos contextos – frequentemente dando forte ênfase a desafios enfrentados, como discriminação, preconceito e violência, e na busca pela cidadania e inclusão. No levantamento, a área da educação foi o campo disciplinar mais recorrente.

Notamos que as pesquisas utilizaram diferentes fontes e estratégias metodológicas – análise documental e bibliográfica, pesquisas empíricas com dados primários coletados a partir de entrevistas, estudos de caso, questionários ou observação e etnografias – com considerável inclinação para as abordagens qualitativas e exploratórias.

Pesquisas podem ser consideradas dados confiáveis? Por que não conceber as produções acadêmicas como fontes importantes para o debate público na discussão sobre ações afirmativas trans?

3.2. Produção Científica e Demandas da Sociedade Civil

No levantamento das produções da sociedade civil, adotamos três procedimentos: 1) busca de organizações com abrangência nacional e vinculadas ao movimento LGBT+; 2) seleção das instituições que tematizam a identidade de gênero; 3) coleta de materiais nos sites das organizações.



Ao fim, destacamos 05 organizações e contabilizamos 74 documentos. O relatório mais antigo é 2013, o mais recente 2025. O material foi separado de acordo com o tema principal.

<i>Tema principal</i>	<i>Quantidade</i>
Alistamento Militar	2
Cidadania	1
Direitos Humanos	15
Educação	7
LGBTfobia	3
Nota Interna	1
Política Internacional	2
Política Nacional	12
Retificação de nome e gênero	4
Saúde	11
Segurança Pública	2
Sistema prisional	2
Violência doméstica	2
Violência letal	10
Total geral	74

Mesmo utilizando estratégias de busca mais estritas, é fácil perceber que há diferentes vozes e temas em debate, e o intuito do procedimento é simples: apenas desejamos apontar que, quando o tópico é justiça e política, há um tipo de conhecimento que não é produzido exclusivamente nas universidades. É um conhecimento interessado, parcial e democraticamente engajado.

É uma forma de conhecimento social situada que vincula saber-e-demanda. Essa configuração e forma de produção intelectual – mesmo sem que se leve em conta seu conteúdo integral – tem sido frequentemente julgada e avaliada a partir de um ideal de conhecimento autodeclarado objetivo, neutro, imparcial e baseado em evidências.

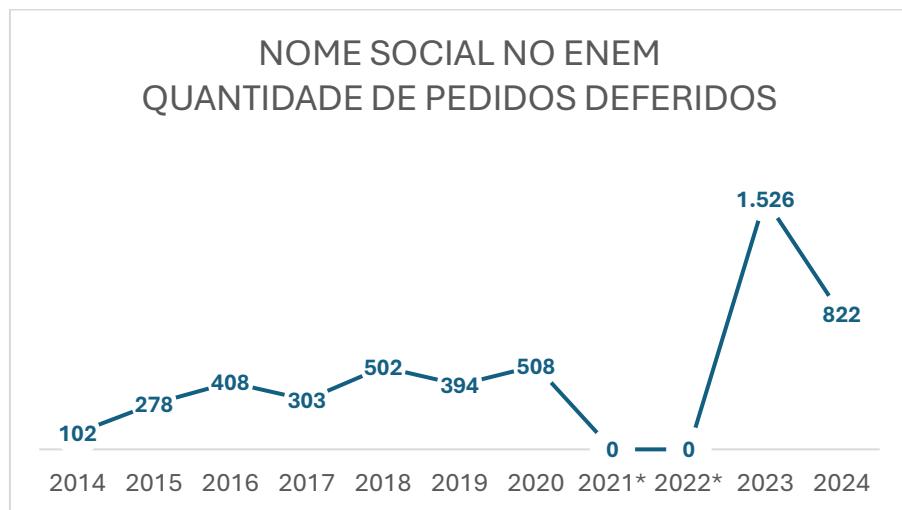
3.3. Movimento social: impactos na produção de evidências acadêmico-governamentais

[...] a filosofia política restaurada quase não parece levar sua reflexão além daquilo que os administradores do Estado podem argumentar sobre a democracia e a lei, sobre o direito e o Estado de direito. [...] No tempo em que a política era contestada em nome do social, do movimento social ou da ciência social, ela se manifestava, no entanto, numa multiplicidade de modos e de lugares, da rua à fábrica ou à universidade (RANCIÈRE, 1996, p. 9).

Ao acompanhar a história dos relatórios produzidos com categorias próprias aos movimentos sociais, é fácil concluir que produziram efeitos. Houve circulação e compartilhamento de questões. **Outras maneiras de perceber, falar e escutar entraram em cena.** Houve ampliação das formas de análise e evidenciação.

No caso da identidade de gênero e campos correlatos, é um processo recente que pode ser apontado, especialmente, a partir das técnicas de registro de dados. Em diferentes tempos e contextos, essas técnicas assinalaram uma reconfiguração do espaço de produção da informação. Os âmbitos da educação superior, saúde, segurança pública e o eixo trabalho-renda-escolaridade são ilustrativos nesse sentido. Algumas evidências abaixo foram produzidas por diferentes modos de articulação com os movimentos. Dados, informações, estatísticas, críticas e interpretações produzidas nos âmbitos indicados por universidades, organizações sociais e governamentais articuladas em diálogo com os movimentos sociais.

3.3.1. Educação



*Informação não acessada

O gráfico desta seção faz referência a utilização do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio a partir de 2014. São números que expressam o efeito do reconhecimento de um direito, seu acesso e posterior exercício.

Na mesma direção – mas amplificando as possibilidades de leitura e análise – temos o exemplo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) ao buscar compreender o perfil discente nas universidades.

[...], a proporção de graduandos (as) trans é bem pequena, da ordem de 0,2% em todo país. Ainda assim, estamos falando de 3.379 pessoas

FONAPRACE & UFU, 2018

Pessoas trans são Minoria

Quando somadas as pessoas que preferem não se identificar como masculino ou feminino (cis) tem-se o percentual de **11,6%** das respostas.

A pergunta sobre gênero, com múltiplas respostas, é uma inovação do questionário da pesquisa de 2018. Os resultados do cruzamento entre gênero e outras variáveis revelam alguns aspectos interessantes da identidade do perfil dos graduandos (as) das IFES. Como era de se esperar, a proporção de graduandos (as) trans é bem pequena, da ordem de 0,2% em todo país. Ainda assim, estamos falando de 3.379 pessoas. Aqueles (as) que se declararam cis são maioria, tanto mulheres como homens, mas vale a pena notar que, se agruparmos todos (as) os (as) respondentes que negam tal identidade, obtém-se uma proporção nacional de 11,6%.

[...]

O cruzamento entre áreas de conhecimento dos cursos e identidade de gênero dos (as) graduandos (as) contém resultados que confirmam estereótipos (Tabela 2-7). Entre os detalhes dignos de nota, temos que os (as) estudantes das áreas de Engenharias e de Ciências da Saúde são os que têm as maiores proporções (92,4% e 90,3% respectivamente) de discentes que se declararam identidade cis e seus colegas das Ciências Humanas e da Linguística, Letras e Artes têm menores proporções (83,3% e 82,5% respectivamente). As outras áreas estão mais próximas da proporção nacional de 88,2% de mulheres e homens cisgênero. **O fato dessas carreiras estarem associadas a empregos com maior remuneração relativa pode ser um sinal de que desigualdades socioeconômicas estão correlacionadas com diferenças de gênero.** (FONAPRACE & UFU, p. 45 e 46, grifos nossos)

O reconhecimento de um direito, a possibilidade de uma pessoa ser tratada pelo nome, a criação de campos próprios nas respectivas instituições, bem como sua posterior consideração em levantamentos de informação foram, em cada etapa da história social, uma amostra das condições de possibilidade para produções quantitativas vinculadas às trajetórias trans em seus estágios iniciais.

3.3.2 Saúde



Evento aborda uso do nome social por transexuais e travestis nos serviços públicos de saúde

Durante o evento, será disponibilizada ainda uma impressora de etiquetas do cartão nacional de saúde para travestis e transexuais que desejarem a confecção dos cartões com o nome social. O serviço é gratuito, sendo necessário apenas a apresentação de algum documento de identificação.

UFMG 2014

No Sistema Único de Saúde, a possibilidade formal de utilização do nome social é anterior ao contexto da educação na esfera Federal, ela data de 2006. Ainda assim, é possível notar o caráter recente de algumas produções.

**Nos anos de 2014 a 2023
um total de 19.709
mulheres trans e
travestis e 4.722 homens
trans vítimas de violência
por identidade de gênero.**
IPEA & FBSP, 2024

No Atlas da Violência 2019, **trouxemos esta seção inédita que aborda a questão da violência contra a população LGBTI+**. Desde já devemos ressaltar dois pontos centrais. O primeiro diz respeito à gravidade do tema e como, aparentemente, o problema tem se agravado nos últimos anos, conforme evidências que apresentaremos aqui. O segundo ponto diz respeito à invisibilidade desse problema sob o ponto de vista da produção oficial de dados e estatísticas.

[...] **o IBGE não faz qualquer pergunta nos seus surveys domiciliares sobre a orientação sexual.** Por outro lado, as polícias (em geral), nos registros de violência, também não fazem qualquer classificação da vítima segundo a orientação sexual, assim como não existe tal característica nas declarações de óbito. Portanto, torna-se uma tarefa extremamente árdua dimensionar e traçar diagnósticos para produzir políticas públicas que venha a mitigar a violência contra a população LGBTI+.

(IPEA & FBSP, 2019, p. 56, grifos nossos)

O Atlas da Violência 2019 inovou trazendo à tona a invisibilização da violência contra a população LGBTQI+ em sua análise. Nesta edição 2020, avançamos a série histórica da edição anterior, explorando com maior amplitude as questões levantadas.

A escassez de indicadores de violência contra LGBTQI+ permanece um problema central. Um primeiro passo no sentido de resolvê-lo seria a inclusão de questões relativas a identidade de gênero e orientação sexual no recenseamento que se aproxima. [...] Sem esses avanços, é difícil mensurar, de forma confiável, a prevalência da violência contra esse segmento da população, o que também dificulta a intervenção do Estado por meio de políticas públicas.

Tanto o Grupo Gay da Bahia (GGB) quanto a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) realizam, através de buscas ativas junto a suas redes, contagens de pessoas LGBTQI+ vítimas de violência, que resultam em relatórios anuais disponibilizados em suas páginas na internet, ressaltando a despreocupação do Estado brasileiro no que tange à mensuração e incidência sobre o fenômeno da violência LGBTfóbica.

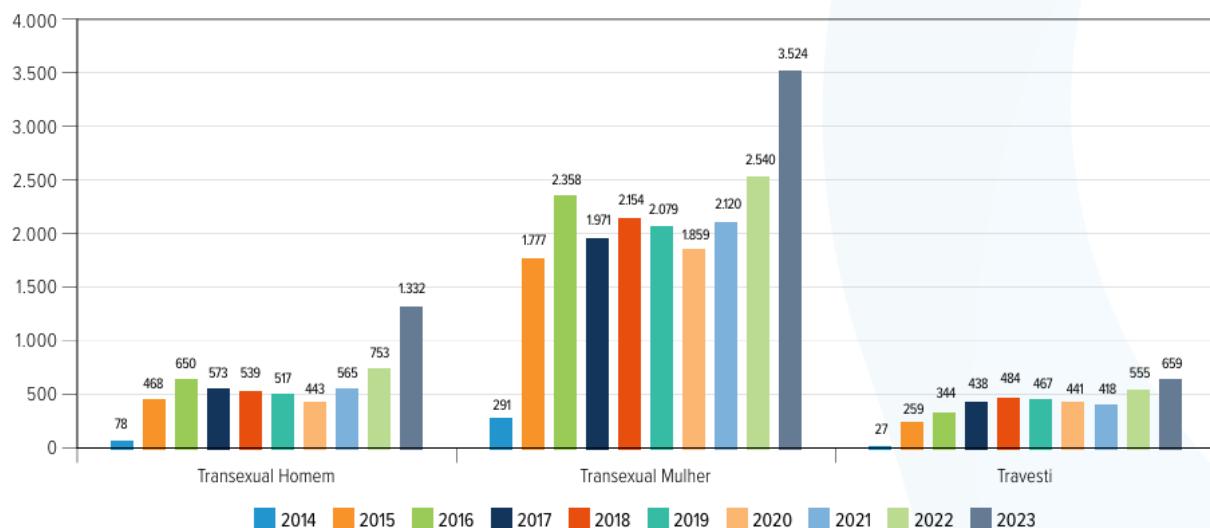
Fora os dados recolhidos pela sociedade civil, dispomos daqueles relativos a denúncias registradas pelo Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e dos registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde [...]

(IPEA & FBSP, 2020, p. 64, grifos nossos)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), entre 2014 e 2023 foram registrados 19.709 casos de violência contra mulheres trans e travestis e 4.722 contra homens trans, abrangendo diferentes modalidades de agressão vinculadas à identidade de gênero.

GRÁFICO 7.2

Brasil: Número de pessoas trans e travestis vítimas de violência por identidade de gênero (2014-2023)



Fonte: Sinan/MS. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. Nota: Não foram incluídos os casos de violência em que o único autor é a própria vítima. Microdados do Sinan referentes a 2022 são preliminares e foram coletados em fevereiro de 2024.

(IPEA & FBSP, 2025, p. 88)

3.3.3. Segurança Pública & Violência Letal:

A ANTRA contabilizou 131 vítimas trans e travestis de homicídio (BENEVIDES, 2023). O GGB contabilizou 256 vítimas LGBTQIA+ de homicídio no Brasil (MOTT et al., 2023). **O Estado deu conta de contar 163, 63% do que contabilizou a organização da sociedade civil, demonstrando que as estatísticas oficiais pouco informam da realidade da violência contra LGBTQIA+ no país.**
FBSP, 2023

Quanto aos dados referentes a LGBTQIA+ vítimas de lesão corporal, homicídio e estupro, seguimos com a altíssima subnotificação. Como de costume, o Estado demonstra-se não incapaz, porque possui capacidade administrativa e recursos humanos para tanto, mas desinteressado em endereçar e solucionar. Em função disso, permanece fundamental comparar os **dados oficiais aos produzidos pela sociedade civil**, nas figuras dos relatórios anuais da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e do Grupo Gay da Bahia (GGB), **que seguem contabilizando mais vítimas que o Estado, mesmo dispondo de menos recursos que a máquina pública.** (FBSP, 2023, p. 114)

Em números absolutos, o Brasil teve em 2023, **214 registros de homicídios dolosos contra pessoas LGBTQI+**, representando um aumento de 41,7%, em relação ao ano anterior. [...]

Desde 2019, o FBSP trata da insuficiência das fontes referentes população LGBTQIAPN+, problematizando a precariedade dos dados como fator crucial a ser enfrentado. Daí também deriva a busca por outras fontes de dados que possam contribuir para traçar um panorama mais abrangente da violência que acomete essa população. (FBSP, 2024, p. 117 e 118, grifos nossos)

A chave analítica da **violência institucional** pode contribuir para interpretar o que temos visto atualmente na produção de dados para as referidas ocorrências criminais. Isso porque a **ausência de estatísticas oficiais, a não padronização dos registros, bem como marcos normativos que se valem do uso de termos equívocos e imprecisos, tem sido a regra do cenário que envolve a formalidade jurídica da documentação dos crimes raciais e dos crimes contra LGBTQIAPN+.**

FBSP, 2025

No que diz respeito aos quantitativos apurados, com a advertência de que traduzem somente parte do que vem acontecendo junto à população LGBTQIAPN+, para lesões corporais dolosas houve o registro de 4.929 ocorrências em 2024, que representa um discreto aumento, de 1,9%, com relação à 2023. **Liderando os registros, em números absolutos, está o Rio Grande do Sul, com 1.004 casos de lesões corporais dolosas. Na sequência estão Pernambuco e Minas Gerais, respectivamente, com 571 e 503 casos.**

[...]

Considerando a totalidade das 202 ocorrências [de homicídio doloso], Rio Grande do Sul contou com 46 casos, Ceará com 32 e Pernambuco teve o registro de 26, sendo então as UFs que registraram mais mortes no período.

Com relação aos estupros, foram 444 registros na totalidade. Desses, 129 aconteceram no Rio Grande do Sul, 48 na Bahia e 41 em Pernambuco.

Se considerarmos os dados apurados para este Anuário sem a ressalva das inconsistências, estaremos supondo que estamos na direção – tão esperada – de superação da violência. Infelizmente, isso não se sustenta.

Em contraste com esse quadro, **o monitoramento realizado pela sociedade civil pode contribuir para debates mais informados e que reconheçam a gravidade do contexto de violência contra LGBTQIAPN+.** (FBSP, 2025, p. 125 – 127, grifos nossos)

Na esfera da segurança pública, a produção de dados oficiais frequentemente apresenta níveis distintos de inconsistência quando se trata de informações vinculadas às relações de gênero e sexualidade. Nesse contexto, a atuação dos movimentos sociais tem sido fundamental para indicar lacunas e estratégias de aperfeiçoamento das modalidades de notificação.

No percurso de pesquisas do NUH/UFMG, esse diálogo crítico com as limitações institucionais vem exigindo a construção de novos caminhos metodológicos, capazes de responder de forma mais rigorosa e sensível às complexidades do campo.

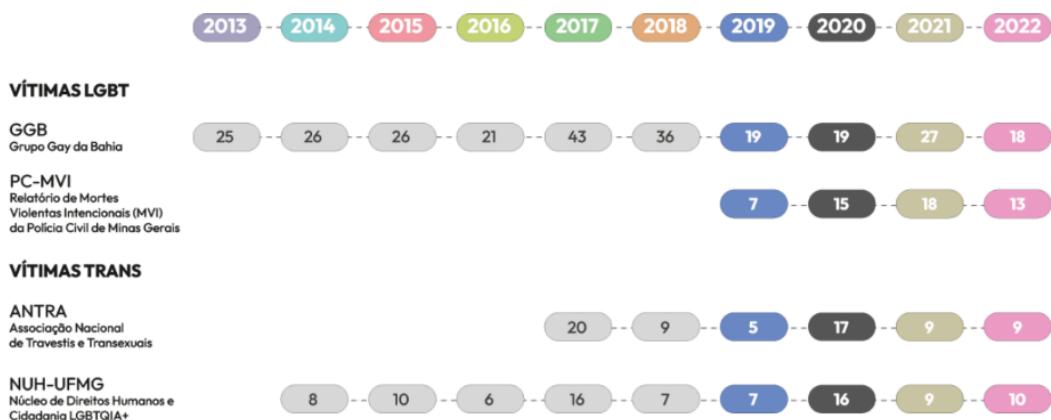
As primeiras ações de pesquisa tiveram início em 2013; de lá para cá, houve **significativas mudanças na base do sistema de informação do Estado** e nas possibilidades de registro: **inclusão dos campos orientação sexual, identidade gênero e nome social; ampliação dos descritores de causa e motivação presumida;** equiparação das condutas de homofobia e transfobia às tipificações presentes na Lei do Racismo; e, mais recentemente, em Minas Gerais, a estratégia de monitoramento da letalidade pela categorização das mortes violentas intencionais (MVI). Ao longo dos anos, **essas medidas tiveram diferentes impactos nas formas de notificação e monitoramento dos eventos** – e, consequentemente, nas próprias estratégias de acesso aos registros. (NUH, 2024, p. 25)

[...] a divergência quantitativa entre as fontes de informação de dados consultadas, assim como os diferentes objetivos dos atores sociais que produzem estas informações, exigem adotar procedimentos de triangulação e uniformização dos dados, além de revisar os critérios de inclusão e exclusão [de casos].

NUH, 2024

Ao longo dos anos, nota-se que há um aumento da quantidade de atores produzindo informações sobre violência contra pessoas LGBT+, especificamente sobre a população Trans. A partir de 2017, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA passa a publicar anualmente os relatórios sobre violência transfóbica no país. Em 2019, a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais incluiu as informações sobre a identidade de gênero e orientação sexual das vítimas em seu relatório sobre Mortes Violentas Intencionais - MVI. [...] A emergência destes novos atores, aliada à continuidade do trabalho dos movimentos sociais, permitiu, neste momento, desenvolver uma metodologia de coleta mais bem refinada, a triangulação e a qualificação das informações sobre violência envolvendo questões relacionadas à gênero e sexualidade. (NUH, 2024, p. 25)

Figura 2 – Produção de dados sobre violência contra pessoas LGBT no estado de Minas Gerais (2013-2022)



Fonte: Nuh, 2024

A figura acima destaca o ano de 2019, momento a partir do qual foi possível construir estratégias de cruzamento e validação de dados. Como reflexo do procedimento, há, em Minas Gerais, uma distância menor entre os números letalidade trans reportados pela sociedade civil e os informados pelo Estado; do ponto de vista qualitativo, evidencia-se a compreensão de que a diferença ou a aproximação entre as bases pode significar algo mais que mero erro ou acerto de contagem.

3.3.4. Trabalho-renda-escolaridade

Estatísticas descritivas em relação às pessoas trans

	Pessoas trans		Total b-Cadastrados	
	Número	Frequência (%)	Número	Frequência (%)
Total	38.758	100	157.424.074	100
Gênero				
Homem	14.685	37,9	78.121.472	49,6
Mulher	19.880	51,3	79.295.304	50,4
Não binário	1.058	2,7	—	—
Não informado	3.135	8,1	7.298	0,0

Fonte: IPEA, 2025, p. 6

Após analisar processos de alteração de nome ou gênero, em um universo de 157,4 milhões de pessoas, o IPEA estimou a existência de **38.758 registros de pessoas trans na base de dados da Receita Federal**.

Em termos absolutos, as pessoas pretas pardas e indígenas são aquelas com menor renda.

[...] **uma pessoa trans preta ganha 80,2% da renda de uma pessoa trans branca, além de ganhar 26,6% a menos que uma pessoa preta na população geral**

IPEA, 2025.

Identidade gênero é uma variável significativa

Apesar de diversos avanços recentes, a população trans ainda sofre com a invisibilização em bases de dados administrativas oficiais do governo federal, conforme documentado por Silva Filho, Pateo e Cavalcanti (2025). Diante disso, é difícil produzir estudos com dados governamentais que caracterizem as condições socioeconômicas enfrentadas por esse grupo e que forneçam evidências para subsidiar políticas públicas. Frente a esse impasse, foi preciso desenvolver um método para produzir estatísticas de mercado de trabalho por meio da combinação de duas bases de dados, conforme detalhado a seguir. [Base da Receita Federal e Rais 2023] (IPEA, 2025, p.2)

Ao analisar correlações entre identidade de gênero, renda, raça, etnia e escolaridade, Cavalcanti, Pateo e Silva Filho (2025) apontam que:

Uma pessoa trans com ensino superior ganha, em média, 27,6% a menos que uma pessoa com ensino superior na população total, enquanto uma pessoa trans sem ensino superior ganha 23,1% a menos que aqueles com mesma qualificação na população total.

IPEA, 2025

[...] uma pessoa trans inserida no assalariamento formal recebe, em média, R\$2.707, 32% a menos que a média dos assalariados formais identificada na Rais 2023, que é de R\$3.987. [...]

Em termos absolutos, as pessoas pretas, pardas e indígenas são aquelas com menor renda.¹⁸ Em média, uma pessoa trans preta ganha 80,2% da renda de uma pessoa trans branca, além de ganhar 26,6% a menos que uma pessoa preta na população geral.

Por fim, em relação à escolaridade, nota-se que apenas 13,5% das pessoas trans empregadas possuem ensino superior completo, enquanto esse valor é de 20,4% para a população total empregada. Embora isso possa ajudar a explicar parte do menor rendimento observado entre pessoas trans no mercado de trabalho, as diferenças salariais permanecem mesmo quando realizadas comparações em uma mesma categoria de escolaridade. Uma pessoa trans com ensino superior ganha, em média, 27,6% a menos que uma pessoa com ensino superior na população total, enquanto uma pessoa trans sem ensino superior ganha 23,1% a menos que aqueles com mesma qualificação na população total. (IPEA, 2025, p. 9 e 10)

Em relação à escolaridade, embora os dados indiquem aspectos relevantes, é preciso interpretá-los com cautela. No levantamento do IPEA, os índices disponíveis derivam tanto da base de dados da Receita Federal quanto dos registros de emprego formal — o que, por si só, limita o alcance da análise sobre a população trans.

A pesquisa realizada em 2021 pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), com 1.788 pessoas trans entrevistadas, mostrou um contexto majoritariamente marcado pela informalidade: percentual que chegava a 72% entre as travestis. Além disso, segundo o estudo, 46% das travestis e 34% das que se identificaram como mulheres trans se declararam profissionais do sexo (Cedec, 2021).

A pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), com 1.788 pessoas trans entrevistadas em São Paulo, mostrou um contexto majoritariamente marcado pela informalidade. Além disso, segundo o estudo, 46% das pessoas que se autodeclararam travestis e 34% das que se identificaram como mulheres trans atuavam como profissionais do sexo.

No que se refere à principal ocupação exercida pela população entrevistada, destaca-se o percentual elevado de travestis (46%) e de mulheres trans (34%) que se declararam profissionais do sexo, acompanhantes e garotas de programa. Esta é a principal variável sócio-ocupacional que distingue as identidades de gênero. No caso de homens trans, praticamente, inexiste a ocorrência de pessoas que se declaram profissionais do sexo e, dentre as não binárias, o índice foi de apenas 3%. (CEDEC, p. 34)

Do total da população entrevistada, 58% realizam trabalho informal ou autônomo, de curta duração e sem contrato; 27% têm emprego formal com carteira de trabalho assinada; 10% desenvolvem atividades como microempreendedor individual - MEI e um percentual muito pequeno são empregadores/profissionais liberais (3%) e funcionários públicos (2%).

Coerente com as características das ocupações, o tipo de vínculo de trabalho mais comum entre as travestis é o emprego informal ou autônomo, temporário e sem contrato (o popular “bico”) que alcança 72%. Esse tipo de relação de trabalho é mais comum também entre as mulheres trans (62%) e pessoas não binárias (59%). A exceção, nesse caso, ocorre dentre os homens trans, em que o emprego formal com

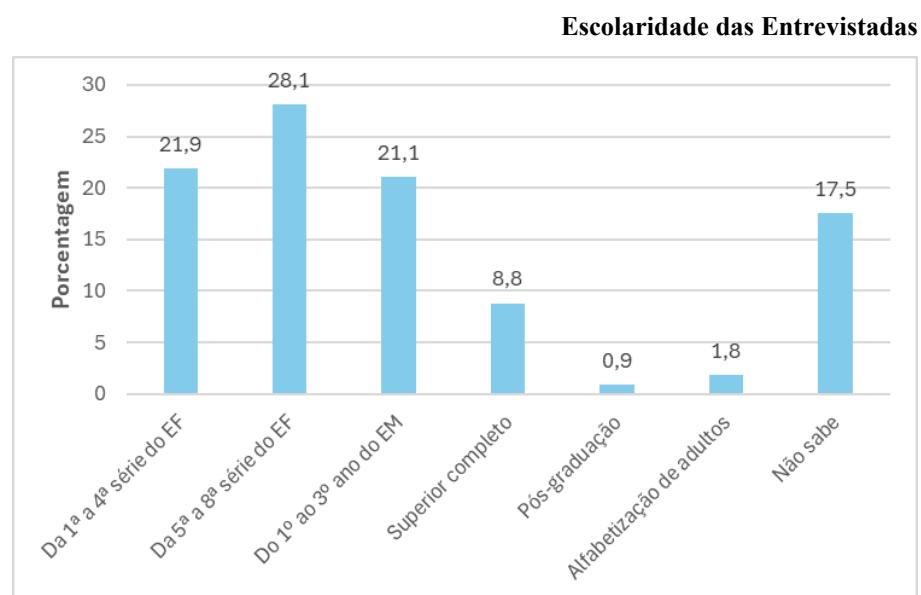
carteira assinada é a relação de trabalho mais significativa, representando 49% dos ocupados. (CEDEC, 2021, p. 34 – 35, grifos nossos)

Se correlacionarmos os dois levantamentos (IPEA, 2025; Cedec, 2021); pode-se inferir que os dados não refletem as condições de vida, trabalho e renda de uma parcela significativa (e marginalizada) das pessoas trans, nomeadamente aquelas que realizam trabalho sexual e se encontram fora do mercado formal.

Nesse perfil específico, em uma pesquisa realizada em Belo Horizonte, dentre as participantes que responderam à pergunta sobre ter frequentado a escola, 97,9% (138) declararam que sim.

Em pesquisa realizada com pessoas trans que exerciam trabalhos sexuais na cidade de Belo Horizonte, apenas 15,9% consideram que a interrupção de seus estudos esteve relacionada à conclusão do curso. Ou seja, 84,1% apontaram diferentes fatores responsáveis por levá-las ao abandono da escola.

72,9% da amostra pesquisada deixou a escola com menos de 19 anos de idade.

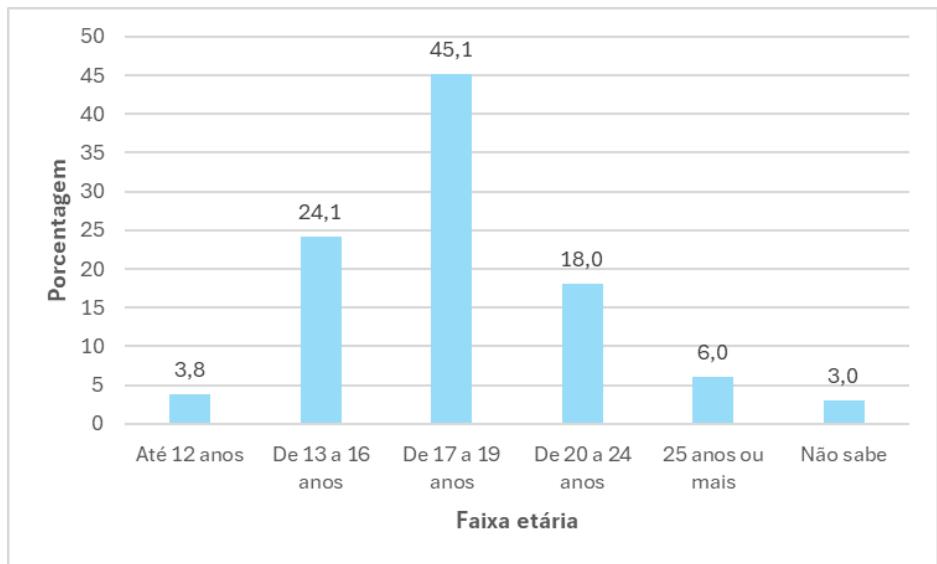


Com relação à taxa de escolaridade das 138 entrevistadas que frequentaram a escola – tendo como base a última série cursada com aprovação - observa-se que: 5,8% (8) não passaram da 4ª série do Ensino Fundamental; 25,4% (35) estudaram entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental; 59,4% (82) estudaram até o 3º ano do Ensino Médio. Quanto ao Ensino Superior: 6,5% (9) declararam tê-lo iniciado sem, no entanto, ter se formado; apenas 2,2% (3) responderam possuir o Ensino Superior Completo. Já 0,7% (1) encontravam-se na alfabetização de adultos, no período de aplicação do questionário. (NUH, 2016, p. 32)

[...]

de um total de 132 participantes, apenas 15,9% (21) consideram que a interrupção de seus estudos esteve relacionada à conclusão do curso. Ou seja, 84,1% (111) apontaram diferentes fatores responsáveis por levá-las ao abandono da escola. **A baixa inserção no ensino superior (8,7%) é também um indicativo de que o percurso escolar provavelmente não foi satisfatório e propulsor para a continuidade dos estudos.** Mais evidente ainda se comparado ao alto ingresso em cursos de capacitação (60,9% das entrevistadas), o que pode ser visto como uma estratégia de formação que não, necessariamente, dependa do espaço escolar e acadêmico, uma vez que este não se mostrou preparado para garantir o respeito às suas especificidades e identidade. (NUH, 2016, p.33)

Distribuição das idades nas quais as entrevistadas abandonaram os estudos



Se somadas as três primeiras faixas de idade, em um total de 133, há 97 respondentes que deixaram a escola com menos de 19 anos. Trata-se de uma informação situada, referente a Belo Horizonte e apenas ao grupo de pessoas trans entrevistadas à época.

Contudo, se considerarmos válidas as tentativas de construção de perfis de grupos em contextos precários, é um apontamento com significado atual, cujos números devem ser lidos como “rastros estatísticos ou informacionais” (Silva Filho, 2025).

É uma forma de produzir evidência em um espaço de espelho partido: o espectro resultante não é apenas reflexo, mas também reflexão. A imagem dos dados, por vezes quebrada, indica tópicos e temas que podem ser revisitados, rediscutidos e reelaborados à medida que novos levantamentos forem produzidos.

Assim, menos que retratos precisos de uma dada realidade, esses números delineiam um campo de construção viva, evidenciam um espaço de exercício intelectual e de demonstração de capacidades.

No caso da sociedade civil, o que se notabiliza é sua competência em apontar lacunas, promover diálogos e soluções. Os grupos têm reconfigurado a experiência e produzido novas formas de ver, compreender e atuar. Através de sua ação, apresentam um campo de inteligibilidade que incide tanto nas produções acadêmicas quanto nas de órgãos oficiais de Estado.

Na esfera das relações de gênero e sexualidade, atualmente este tem sido o caso da orientação sexual e da identidade de gênero. Elas são categorias que tornam presente uma perspectiva analítica onde antes não havia possibilidade de entrada.

3.4. Panorama Provisório

TRINTA E TRÊS universidades com ações afirmativas vinculadas à identidade de gênero. TREZENTOS E DOZE trabalhos acadêmicos reportados em 2016; SESSENTA E QUATRO produções só no repositório da UFMG nos últimos 10 anos; DEZOITO teses e dissertações específicas sobre educação, ações afirmativas e trajetórias trans no portal CAPES entre 2017 e 2024; SETENTA e QUATRO relatórios de movimentos sociais com abrangência nacional, produzidos desde 2013; VINTE e TRÊS dispositivos jurídico-normativos referenciados.

Participam dessa cena diferentes atores: grupos de movimentos LGBT+; acadêmicos, acadêmicas, núcleos e centros de pesquisa; órgãos, setores e institutos da esfera governamental. Um trabalho feito em interação, com coleta em campo e, atualmente, com possibilidade de investigação e consulta em pelo menos ONZE bases de dados oficiais do Estado: SIRC | CPF | CADASTRO DE ELEITORES | CADÚNICO | CENSO SUAS | DISQUE 100 | SISDEPEN | CNIS e RAIS | CADSUS | SINAN | ENEM (Silva Filho, Pateo e Cavalcanti, 2025).

4. Campo de monopólio do conhecimento: proliferação e circulação de saberes

Há produção dentro, fora e em interlocução com a Universidade. Reconhecer esse regime de circulação do conhecimento, neste caso, é fundamental. As universidades não possuem o monopólio do conhecimento! Ainda que detenham uma posição privilegiada na esfera do reconhecimento, a legitimidade da produção de saberes não depende unicamente desse nosso lugar institucional específico.

Tomar a universidade como *locus* exclusivo do saber é desconsiderar que o conhecimento é produzido em múltiplos contextos sociais, culturais e históricos. Tentar restringir a noção de ciência a apenas uma instituição é, no mínimo, reducionismo hierárquico, para não dizer cinismo acadêmico.

Neste caso em específico, ao se pretender avalizadora da verdade, a universidade estaria reproduzindo uma perspectiva colonial (Córdoba, Sáez & Vidarte, 2007), invalidando outras epistemologias e cosmovisões, e, portanto, reduzindo a complexidade da produção de ciência na atualidade.

Em nossa perspectiva, isso não é neofascismo, é hierarquia do conhecimento funcionando dentro do seu curso normal. **O monopólio acadêmico legitima quem pode falar, pesquisar e ser ouvido, bem como quais temas e problemas deveriam ser considerados no âmbito das pesquisas.**

Romper esse monopólio significa abrir-se à democratização do campo intelectual. Significa deixar-se permear por outras vozes e aprender a ouvir silêncios e silenciamentos. Manter o monopólio, por outro lado, impede o diálogo com a sociedade e reduz o papel da universidade a uma instância hermética de validação.

Demandamos uma universidade por meio da qual a produção do conhecimento encontra, no diálogo com diferentes atores, contextos e experiências, a sua melhor prática acadêmico-científica.

Demandamos uma universidade crítica. Uma crítica entendida como capacidade de reconhecer e se aproximar de situações-limite; algo que exige mais do que mero exercício analítico, demanda uma ética-acadêmica do cuidado capaz de equilibrar a responsabilidade pelas respostas que produzimos e a consideração pelas outras pessoas envolvidas em contextos relacionais delicados.

A crítica, nesse sentido, operaria como gesto ético-político: ela nos obrigaria a ponderar não apenas os efeitos do que dizemos, mas também as condições de possibilidade de dizer; nos confrontaria com o desafio de responder de modo responsável, mantendo aberta a atenção ao outro, às vulnerabilidades compartilhadas e à necessidade de consideração que funda qualquer prática acadêmica comprometida com horizontes democráticos.

Demandando uma universidade com capacidade de crítica política. Com a capacidade de tensionar enquadramentos e sustentar um olhar atento ao risco. É isto que demandamos no debate sobre cotas trans: o reconhecimento de que **experiências precárias continuam não sendo adequadamente apreendidas em quadros epistêmicos hegêmônicos.**

A “ausência” de produção estatística unificada nos dados oficiais de Estado e sua simultânea presença nos relatórios da sociedade civil é uma demonstração paródica desse estado de coisas.

A situação específica da ausência de dados estatísticos-censitário-demográficos no campo não se trata de um problema de ontologia, mas de política-ontológica: essa ausência reflete nossa incapacidade de pensar as vidas com dificuldade de respirar em nosso atual regime.

5. Dado absoluto: antipolítica da certeza

Neste momento do texto, nos parece mais produtivo situarmos o diálogo, falarmos explícita e abertamente de estratégias que têm sido adotadas no campo de debates. A principal delas é ambivalente – e precisa de enquadre –, mas nossos interlocutores “se esquecem” de comentar.

A indicação que fazem parece legítima: se não há um dado estatístico populacional oficial unificado, não se pode fazer política. Se não há um dado estatístico populacional oficial unificado, não se pode fazer política afirmativa com qualidade.

Esse trecho é um recorte significativo em um campo de disputas políticas. É uma fala que também pode ser encontrada nas produções dos movimentos sociais. Grupos LGBT+, por exemplo, têm demandado produções oficiais de Estado.

A demanda, contudo, vem sendo enquadradada em uma perspectiva acadêmica *trans excludente*.

“Para os próximos anos, o movimento quer atuar em duas frentes: **pela preservação do conceito de sexo biológico em documentos e estatísticas para políticas públicas e para garantir que o casamento homoafetivo não seja ameaçado por mudanças na jurisprudência do STF.**” (Lucca, 2025, grifos nossos)

Seja pela desqualificação das produções intelectuais, seja pela preservação do uso de categorias disjuntivas e exclusivas, a demanda antitrans basicamente consiste em solicitar o não reconhecimento público da variabilidade das identidades de gênero na arena governamental e no campo dos direitos. *Nossa posição é outra:* dados populacionais são relevantes, mas a negligência estatal em não os produzir (ou a insistência em produzir apenas de um determinado modo) não deve ser um óbice ao reconhecimento e implementação de direitos.

Considerações finais

A alegada escassez de dados sobre pessoas trans no campo social é frequentemente mobilizada em debates. A mobilização da ausência não é um simples problema técnico de informação, mas **reflexo de um regime de produção de saber** que decide quem pode ser contado e em que termos.

Em sua história, a ideia de “falta” também foi mobilizada pelos movimentos sociais em produções bibliográficas. Quando direcionada à esfera estatal, ela procurava funcionar como denúncia e solicitação de reparo. O movimento social denunciava a distribuição seletiva do acesso a direitos, e solicitava equivalência.

No caso dos movimentos trans, algo raro se passa: durante a demonstração dos danos de acesso, há a indicação de que nossa própria inteligibilidade é regulada por critérios normativos. Os grupos mostram que há processos de subjetivação que não reconhecemos. Há corpos que o Estado não aprende a ver, **há vidas que a estatística não sabe contar.**

A alegada escassez, nesse sentido, não está apenas nos números, mas na própria “forma” de reconhecimento que define o que será considerado um dado válido – e quem poderá estar sujeito à escuta e ser objeto das políticas de cuidado ou reparação.

Discutir cotas trans, sob este aspecto, exige deslocar o foco da escassez para o da abundância política: não se trata apenas de acesso, não se trata exclusivamente da inclusão de alguns corpos no regime existente, mas sim da abertura a experiências de reconfiguração do próprio campo da sensibilidade.

É um tensionamento do enquadre da desolação, da ruína e da dor. É a possibilidade sensível (e atual) de questionarmos sobre nossos modos de partilha e os critérios de ocupação dos espaços de prestígio.

Mais uma vez os grupos nos colocam diante de uma questão ética, política e acadêmica: para ter acesso a um direito, sempre será preciso contar, provar e demonstrar a própria dor? Em algum momento, conseguiremos implementar direitos sem exigir dados de lágrima, suor e sangue de quem demanda?

Referências

BENEVIDES, Bruna. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025

Centro De Estudo De Cultura Contemporânea (CEDEC). **Mapeamento das pessoas trans no Município de São Paulo**. São Paulo: Cedec, jan. 2021.

COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público**: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CÓRDOBA, D.; SAEZ, J; VIDARTE, P. (Org.). **Teoría queer**: Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2 ª ed. Madrid: Egales, 2007.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/279>.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE); Universidade Federal de Uberlândia (UFU). **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: 2019

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSBP). **Atlas da Violência 2019**. Brasília, 2019. ISBN 978-85-67450-14-8.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSBP). **Atlas da Violência 2020**. Brasília, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FSBP). **Atlas da Violência 2025**. Brasília, 2025.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A Inserção e as características das pessoas trans no assalariamento formal. **Boletim Mercado de Trabalho**, v. 31, n. 80, p. 47–62, out. 2025.

LUCCA, Bruno. **Aliança LGB rompe com TQIA+ e prega contra identidade de gênero**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 26 out. 2025.

Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQIA+ (NUH). **Relatório de Pesquisa – Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população.** 2016.

Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQIA+ (NUH). **Violência contra a população Trans e Travesti em Minas Gerais.** 1. ed. Belo Horizonte, MG: Lemos Mídia, 2024. E-book (PDF; 1,9 Mb). ISBN 978-65-84991-16-3.

RANCIÈRE, Jacques. **Política, polícia Democracia.** 1 ed. Santiago: LOM Ediciones; 2006.

SILVA FILHO, Alberto Luis Araújo; CAVALCANTI, Filipe Matheus Silva; PATEO, Felipe Vella. **A representação de pessoas trans nas bases de dados oficiais do Brasil.** Brasília, DF: Ipea, nov. 2025. 41 p. (Texto para Discussão, n. 3172).



Belo Horizonte
2025